



POSTULAÇÕES BRASILEIRAS AOS JOGOS OLÍMPICOS: CONSIDERAÇÕES ACERCA DA LENDA DO DISTANCIAMENTO ENTRE POLÍTICA E MOVIMENTO OLÍMPICO

Kátia Rubio
Centro de Estudos Socioculturais do Movimento Humano
Universidade de São Paulo
katrubio@usp.br

Recibido: 16 de septiembre de 2010. Aceptado: 30 de septiembre de 2010.

Postulações brasileiras aos Jogos Olímpicos: considerações acerca da lenda do distanciamento entre política e movimento olímpico (Resumo)

Ao longo do século XX os Jogos Olímpicos se transformaram em um dos principais eventos culturais do planeta e sua organização demanda envolvimento direto do poder público e da iniciativa privada. No princípio do século passado o poder público era inteiramente responsável pela candidatura e realização do evento. No presente, desde o momento em que a cidade se candidata e apresenta seu projeto ela necessita criar uma infra-estrutura para viabilizar, no princípio, sua postulação, afirmar sua especificidade e, por fim, viabilizar sua capacidade para realizar o evento. Embora os eventos sejam iniciativas privadas o que se observa é o intenso envolvimento do poder público com um nível de transparência que varia conforme o momento histórico e o governo no poder. O objetivo deste trabalho é discutir as postulações brasileiras aos Jogos Olímpicos e sua relação com as instituições públicas que lhe deram suporte.

Palavras chave: Jogos Olímpicos; cidades olímpicas; mega eventos esportivos; Rio 2016

Brazilian nominations to the Olympic Games: considerations about the legend of the distance between politics and movement olympic (Abstract)

Throughout the 20th Century the Olympics have become a major cultural event on the planet and your organization demands the direct involvement of public and private sector. At the beginning of last Century the government was fully responsible for the application and the event. At present, from the moment that the city has applied its design and features it needs to create an infrastructure to enable, in principle, his nomination, affirming its specificity and, ultimately, facilitate its ability to hold the event. Although the events are private initiatives that we see is the intense public involvement with a level of transparency that

varies with the historical moment and the government in power. The aim of this paper is to discuss the nominations Brazilian Olympic Games and its relationship with public institutions that gave support.

Key words: Olympic Games; olympic cities; sportive mega events; Rio 2016

Nominaciones brasileñas a los Juegos Olímpicos: reflexiones sobre el mito de la separación entre la política y el movimiento olímpico (Resumen)

A lo largo del siglo XX de los Juegos Olímpicos se han convertido en un importante evento cultural en el planeta y su organización exige la participación directa del sector público y privado. A principios del siglo pasado el gobierno era plenamente responsable de la aplicación y el evento. En la actualidad, desde el momento en que la ciudad ha solicitado su diseño y características que necesita para crear una infraestructura para que, en principio, su nombramiento, la afirmación de su especificidad y, en definitiva, facilitar su capacidad para realizar el evento. Aunque los eventos son iniciativas privadas que vemos es la intensa participación pública con un nivel de transparencia que varía según el momento histórico y el gobierno en el poder. El objetivo de este trabajo es discutir las candidaturas de Brasil Juegos Olímpicos y su relación con las instituciones públicas que dieron su apoyo.

Palabras clave: Juegos Olímpicos, ciudades olímpicas, mega acontecimientos deportivos; Rio 2016

Nem sempre os Jogos Olímpicos foram essa imensa festa que reúne milhares de atletas de todo o mundo em uma cidade escolhida com anos de antecedência. O que se percebeu desde a sua primeira edição em Atenas no ano de 1896 é que todo esse processo exige um grande esforço para proporcionar as condições para sua realização, tanto do ponto de vista material como humano. Mais do que ter a oportunidade de sediar um evento que atrairá os olhares e a atenção de investidores e expectadores de todo o mundo, a cidade e o país que sediam os Jogos Olímpicos têm sob sua responsabilidade a gerência de um evento que dura 17 dias e demanda anos de planejamento e execução, além de investimentos que representam mais do que o PIB de muitas nações do planeta. A proposta desse artigo é discutir algumas questões básicas implicadas nessa situação, como por exemplo, a influência exercida pelo poder local e federal, as estratégias utilizadas para sensibilização dos envolvidos na seleção da cidade e os apelos à identidade nacional como forma de sensibilização da população a um projeto que se garante a partir do apoio popular.

Uma cidade olímpica e o país que abriga os Jogos Olímpicos guardam por muitos anos as marcas de sua realização, seja pelas construções esportivas, seja pela alteração da infra-estrutura, seja ainda pela preparação da população local para receber pessoas de todo o mundo ou pela dívida que ela deixa para ser paga. Legado Olímpico é entendido como a herança direta ou indireta em forma de instalações materiais, de cultura, de ideal, de educação, de informação, de documentação ou de recursos gerados pela realização dos Jogos Olímpicos. Na compreensão do Comitê Olímpico Internacional (COI) o plano de legado transformou-se em um dos principais carros-chefe de uma cidade postulante, principalmente depois de elaborada sua Agenda 21 e por entender que os altos custos de preparação de uma cidade devem ser revertidos para a sociedade e não ficar restritos os usuários das instalações nos dias das competições. Desde os anos 1980 o Movimento Olímpico considera o meio ambiente como o terceiro pilar do Olimpismo, depois do esporte e da cultura. Para tanto, desenvolveu uma política de defesa do meio ambiente expressa no “Pacto da Terra”, bem como as ações de colaboração com a Rio 92, a organização de Jogos Olímpicos “verdes” e a realização de conferências mundiais e regionais sobre o esporte e o meio ambiente.

O conceito de legado abrange seis grandes dimensões: o econômico; o ambiental; informação e educação; políticas públicas e cultura; símbolos, memória e história; e legado de esporte[1]. O *legado econômico* é

aquele que pode ser mensurado por diferentes meios como o lucro ou prejuízo. Essa forma de legado está associada ao planejamento dos Jogos e todos os recursos utilizados para sua realização bem como os benefícios gerados por eles como o aumento de turismo, a melhoria da qualidade de vida ou o aumento de negócios da cidade. O *legado ambiental* refere-se às mudanças significativas por que a cidade sede passa para se adequar às exigências de realização dos Jogos. Saneamento básico e despoluição podem fazer parte do plano de candidatura de uma cidade e serão obras que permanecerão para a cidade, cuja população poderá usufruir. Diante do desafio de implantar as ações propostas para o desenvolvimento sustentável o Movimento Olímpico pensou em um programa de ação que deve permitir a melhoria das condições sócio-econômicas, a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais e o fortalecimento do papel de seus membros na implantação dessas ações. Esses programas de ação abrangem a melhoria das condições sócio-econômicas, a conservação e gestão dos recursos para um desenvolvimento sustentável e o fortalecimento do papel dos principais grupos envolvidos. Vale ressaltar que consta do documento produzido pelo COI[2] a luta contra a exclusão, uma vez que para o Movimento Olímpico a prática do esporte tem um papel essencial na luta contra a pobreza. Isso os faz crer que as instituições esportivas devem apoiar prioritariamente o desenvolvimento da prática esportiva nas zonas de maior vulnerabilidade social, apoiando as instituições públicas relacionadas com o esporte a promover a prática esportiva pelos grupos humanos que, por razões econômicas e de gênero, etnia ou casta, dela se acham excluídos. Tais instituições devem favorecer o desenvolvimento prioritário de infra-estrutura e equipamentos esportivos nas zonas mais carentes ou marginalizadas. É por causa dessa preocupação que as atividades e instalações esportivas bem como as competições deverão ser realizadas com a preocupação de preservar os lugares, as paisagens, os bens culturais e o conjunto das riquezas naturais de onde elas se realizam. A escolha dos locais para realizá-las também deverá ser feita com o cuidado de minimizar o impacto sobre o meio ambiente produzido pelas infra-estruturas que lhes serão incorporadas, como vias de circulação, redes de comunicações e de fornecimento de eletricidade, construção de alojamentos, abastecimento de água e de alimentos, lançamento e tratamento do lixo.

Tem-se observado nas últimas décadas que a tecnologia instalada para atender às necessidades dos Jogos Olímpicos permanece na cidade gerando benefícios permanentes. A transferência dessa tecnologia e sua apropriação pela comunidade local é outro marco da realização dos Jogos. O *legado educacional* não se mede da mesma forma, porque não é material, nem concreto. O legado educacional diz respeito à compreensão dos ideais olímpicos e sua aplicação no cotidiano tanto da população, quanto na vida dos atletas. As políticas públicas e a cultura são também parte das dimensões do legado. Estão relacionadas com as inovações ocorridas na cidade que se expressam na cultura. Incluem-se aqui as novas formas de cooperação e parcerias que se desenvolvem ao longo do processo de realização dos Jogos, como por exemplo, a formação de pessoal para trabalhar no corpo de voluntários.

O legado esportivo está relacionado com toda a herança que o país recebe em termos de investimento no desenvolvimento do esporte. Esse investimento não está direcionado apenas ao conjunto de atletas de nível olímpico, que representam uma pequena parcela do país, mas principalmente aos outros níveis de praticantes como as crianças e jovens. As instalações construídas para as competições, se apropriadas pela comunidade após os Jogos, representam uma importante prova de retorno de investimento de dinheiro público para a população. Os símbolos, a memória e a história dos Jogos Olímpicos representam outro importante legado. Isso porque o material produzido fortalece a imagem do evento na memória da população local e de todo o público que participou ou assistiu ao evento. Eles também representam importante fonte de renda uma vez que são utilizados nos produtos comercializados durante a competição.

Uma das maneiras mais efetivas de garantir o legado dos Jogos Olímpicos para a cidade sede é fazer a população participar do planejamento das obras que serão realizadas. Ninguém melhor do que a própria comunidade para saber o que falta a um bairro, em termos de instalações, e como elas podem ser utilizadas após as competições. O melhor legado para uma cidade é aquele que se incorpora a vida do lugar e proporciona benefícios para quem o utiliza. Nesse sentido o processo de organização da sociedade

pode representar outra importante dimensão do legado. Aprender a discutir as necessidades da comunidade, enfrentar democraticamente as diferenças de interesse, mobilizar os parceiros para viabilizar uma proposta são experiências únicas, que podem alterar radicalmente a relação da população com seus governantes.

Nos últimos anos o legado social dos Jogos Olímpicos tem sido discutido por autores de diferentes nacionalidades preocupados com o movimento de seus países tanto em relação à postulação de cidades – o que gera inúmeros gastos (muitas vezes pagos com dinheiro público), como no segundo momento, quando já se deu a escolha da cidade e as ações passam a ser executadas[3].

Conforme discutido anteriormente[4] um megaevento se caracteriza por diferentes razões que vão desde sua capacidade de atrair um grande número de participantes de diversas nacionalidades a chamar para si a atenção da comunidade internacional com o apoio da mídia global. Embora os custos da postulação de uma cidade sejam cada vez mais elevados, tanto para uma escala municipal, estadual como federal, os argumentos comumente utilizados são os benefícios para as comunidades locais, bem como uma condição privilegiada de projeção da cidade o que beneficiaria o turismo, promoveria melhorias básicas estruturais abrangendo rede de transporte, moradia, instalações esportivas e novos postos de trabalho[5]. Essa linha de argumento não considera, porém, outras dimensões do legado de um evento desse porte que abrange a dimensão social e cultural de um acontecimento eventual, que dura pouco mais de duas semanas, mas que pode promover uma herança de longo prazo para a cidade em questão.

No caso das cidades olímpicas o que se observa é a emergência de novos espaços e lugares de destino internacional, objeto de procura mesmo após a realização do evento, superando o contexto imediato da competição esportiva[6]. A condição temporária do evento leva a um planejamento de ordem imediata para abrigar temporariamente milhares de pessoas, mas que após o evento deverá ser ocupada de forma plena contribuindo para a dinâmica de ocupação da cidade. Além disso, devem abrigar um grande número de pessoas produzindo diferentes atividades, simultaneamente, condições que as identificam com os grandes centros urbanos e como decorrência dessa condição abriga importantes representantes do capital internacional, capazes de proporcionar o apoio necessário para tal realização.

Aponta Raeder (2010) que a promoção de eventos é uma estratégia utilizada por gestores para atrair capitais. Há uma predileção pelos eventos de caráter internacional por conferirem à cidade uma imagem mais qualificada, bem como atrair um tipo de turista com alto poder aquisitivo, dispostos a consumir bens e serviços locais pagando com moeda forte.

Eventos esportivos olímpicos são hoje uma atividade essencialmente urbana. O esporte como se conhece na sociedade contemporânea surgiu em um momento histórico marcado por condições sociais particulares como a expansão das cidades, a industrialização e o desenvolvimento tecnológico. Nesse sentido, a cidade não é mais e apenas o lugar onde circulam as práticas de troca de mercadorias, a venda da mão de obra ou o espaço da habitação. Ela é, no entender de Constantino (1997: 120), "um espaço de uso desportivo, com diferentes espaços no tecido urbano, a serem objeto de novas apropriações e diferentes usos". No entender do autor lugares antes ocupados para atividades comerciais ou patrimoniais (feiras, mercados ou espetáculos) podem hoje ser ocupados por práticas lúdico-esportivas.

É interessante observar que embora o legado olímpico seja entendido como a herança direta ou indireta de tudo aquilo que foi gerado pela realização dos Jogos Olímpicos em uma cidade ou país é preciso destacar que mesmo quando realizado mais que uma vez no mesmo espaço o impacto gerado será diferente. Isso porque, conforme Preuss (2007.a) a organização de uma atividade como essa está diretamente ligada ao momento histórico e ambiente geográfico em que é realizado, isso porque os legados dos eventos esportivos são multifacetados, dinâmicos e dependentes de fatores globais e locais.

Por que uma cidade postula a condição olímpica?

Os megaeventos são tomados na atualidade como uma estratégia para reformular, reordenar e reabilitar espaços degradados da cidade. Observa-se que obras planejadas e previstas para esse fim demoram anos, senão décadas, para serem implementadas pelos trâmites habituais. Os megaeventos passaram a ser usados como o estopim para desencadear essas obras, onerosas aos cofres públicos, desestabilizadoras da ordem cotidiana (por alterar fluxo de tráfego e impedir o acesso entre outros transtornos) e de finalidade discutível quando não conta com a participação popular. Vem daí a consideração de Cashman (1999; 2002) que considera o envolvimento e compreensão da população como fundamental para que o evento em si possa deixar para a cidade um legado não só para os habitantes daquele momento como para as demais gerações que poderão usufruir da infra-estrutura construída para essa finalidade, isso porque a realização de uma edição dos Jogos Olímpicos pode ocorrer uma única vez na história de uma cidade, ou demorar várias décadas para voltar a acontecer.

A esse processo France & Roche (1998) dão o nome de *imaginário urbano*. Os autores afirmam que os principais instrumentos e veículos de políticas de transformação das cidades cuja imagem se encontra degradada são a criação de atrações turísticas como a realização de grandes exposições artísticas e a organização de ciclos temáticos de atividades culturais ou eventos esportivos que permitam a formação de uma massa crítica. Nessa perspectiva, os três principais focos de atuação da indústria cultural contemporânea a serem explorados em associação com os interesses de gestores públicos, em ordem progressiva, seriam o turismo, a mídia (em especial a televisão) e o *franchising* da organização de eventos esportivos como os Jogos Olímpicos. A razão de ser dessa estratégia reside na necessidade de atuações de longo prazo, como a construção ou reforma de obras de infra-estrutura, e no obrigatório envolvimento da população tanto no que se refere à compreensão dessas obras, que geram transtorno e desconforto, mas que sendo sua finalidade devidamente esclarecida pode gerar um forte sentimento de cidadania e de pertença à cidade restaurada.

Os processos de postulação de cidades a megaeventos esportivos revelam que em nenhum caso existe de antemão as condições materiais necessárias para abrigá-los, em se tratando principalmente de Jogos Olímpicos e Copa do Mundo de futebol. Na atualidade, qualquer cidade postulante precisa de investimentos que vão do transporte público, passando pela estrutura de moradia, para abrigar delegações e turistas, até uma sofisticada rede de telecomunicações para proporcionar a circulação das imagens e notícias das competições, razão maior desses eventos. Isso representa para a cidade candidata, além de uma infra-estrutura mínima, a necessidade de um projeto detalhado de edificação das instalações ainda inexistentes, bem como da captação de recursos para esse fim. Como os Jogos Olímpicos em si duram apenas pouco mais de duas semanas é preciso considerar a preocupação com os investimentos feitos e o conseqüente aproveitamento dos equipamentos para uso posterior. Há, portanto, uma preocupação por parte do comitê avaliador das cidades candidatas, ligado ao COI, que haja um aproveitamento por parte da comunidade local de todos os benefícios diretos da organização do evento.

Daí, a co-participação dos poderes públicos nesse processo, contradizendo a máxima olímpica de distanciamento da política, da ideologia ou do partidarismo nacional em suas ações.

Dentro do processo de seleção das cidades postulantes são considerados critérios e tendências para avaliação da cidade que envolve os seguintes itens, conforme aponta Bittencourt (1999): instalações poliesportivas existentes e sua adaptação; criação de um novo projeto olímpico; repasse das instalações para a população; apoio da população civil; estrutura de turismo e de lazer; preocupações e ações relativas ao meio ambiente; mentalidade ecológica; sistema de transporte urbano, interurbano e internacional; facilidade de telecomunicações; segurança: mobilidade e evasão; raio de realização dos eventos, deslocamentos e trajeto público; alinhamento do projeto urbano com o projeto olímpico.

Preocupado com as conseqüências de um projeto olímpico para a cidade, o autor considera que a tentativa

de alcançar esses objetivos pode gerar um elevado nível de gastos para o poder público e uma distorção na administração pública. Ou seja, o conceito de cidade olímpica não deveria ser um argumento para a busca de recursos, mas o guia para um planejamento urbano a partir dos recursos locais disponíveis.

Hoje se assiste a uma acirrada disputa pela condição de cidade sede dos Jogos Olímpicos, situação que envolve uma grande mobilização pública, privada, diplomática, política e também popular para a sensibilização dos avaliadores da postulação. Se não existe *a priori* qualquer cidade já estruturada para realizar os Jogos Olímpicos admite-se que todas as postulantes deverão realizar obras para poder se adequar as demandas do evento. Esse processo não exclui a ocorrência de conflitos por parte dos principais interessados nas obras.

Conforme Hiller (2003) há inúmeras razões para que um evento olímpico gere conflitos urbanos. A primeira delas, observada desde as primeiras edições dos Jogos, é o custo financeiro e humano das obras necessárias para um evento que durará poucos dias, mas que será altamente intrusivo na vida da população. Apesar de um número considerável de pessoas achar que os Jogos Olímpicos são importantes para a imagem da cidade e sua divulgação, o projeto olímpico deveria fazer parte da agenda de longo prazo da cidade. A idéia da realização dos Jogos em si não costuma ser universalmente aceita como uma prioridade ou opção para sua população. A segunda seria o período de preparação. As datas para inscrição, depois inspeção e por fim escolha da cidade sede é um tema que envolve um período que chega a durar alguns anos e que mobiliza a atenção e trabalho de inúmeras equipes da postulante. A sensação de derrota de várias das cidades candidatas leva a um sentimento de frustração entre a população e equipes organizadoras que geram discussões posteriores sobre a validade da mobilização dos recursos empregados e a visibilidade na condução do processo. A terceira seria o jogo institucional promovido pelas federações esportivas que desejam ver satisfeitas suas reivindicações em troca do apoio necessário. Essas reivindicações estão intimamente relacionadas ao uso posterior das instalações construídas bem como sua administração. E por fim, há uma dificuldade das equipes organizadoras desse tipo de evento em conduzir o processo de planejamento e organização de maneira participativa. O senso de urgência que move o trabalho nessas condições leva a um tipo de organização centralizadora e arbitrária que pode levar a mobilizações populares no sentido de protestar contra essa forma de administrar a gestão do negócio, como aconteceu no México-1968. Naquela ocasião foi realizada uma manifestação popular contra os gastos excessivos e a corrupção no gerenciamento das verbas para a realização dos Jogos. O protesto foi duramente reprimido resultando em um número não confirmado de mortes que passava de uma centena.

Com o intuito de superar os impactos urbanos causados pelos Jogos Olímpicos, Hiller (2003) propõe então quatro alternativas: A primeira seria a construção de novas estruturas, responsável pela transformação do espaço urbano. Espera-se que elas sejam planejadas de maneira a serem incorporadas como áreas específicas na infra-estrutura da cidade para que não sejam tidas como alheias ao projeto urbano como um todo. A segunda seria o desenvolvimento econômico. Essa categoria estaria voltada especificamente para a compreensão dos Jogos Olímpicos como um evento gerador de desenvolvimento econômico por meio do incremento do turismo e pela promoção de uma imagem positiva da cidade. O terceiro seria o *impacto psicossocial* responsável pela alteração de uma imagem da cidade a partir de toda a infra-estrutura realizada e do envolvimento da população nessa realização. Entende-se que isso pode levar a um sentimento de pertencimento ao processo cuja resposta pode ser altamente positiva aos apelos pré-evento, na ajuda à realização, e no pós-evento, dando finalidade às instalações construídas, ocupando-as com atividades. E finalmente os *efeitos comunitários* observados no embate político travado entre as forças dos vários grupos sociais envolvidos na realização do evento, que resultará no reforço de velhos dirigentes ou na emergência de novas lideranças.

Nesse sentido, a avaliação do legado de uma cidade olímpica oscila entre os benefícios (ou prejuízos) materiais, mensuráveis pelos custos financeiros envolvidos e obras edificadas, e humanos, de quantificação mais complexa, porém inegável, que vai da criação de um novo imaginário para espaços anteriormente constituídos à reordenação dos mecanismos de gerenciamento e controle desses novos

espaços, o que lhes permitirá a atribuição de novos significados (Rubio, 2005). Dessa maneira, a concepção de legado transcende a herança concreta herdada por um mega, porém, breve evento, e se estende a uma concepção mais ampla que abrange a apropriação subjetiva dos custos e benefícios pela comunidade participante dessa organização. Essa condição leva a posterior apropriação dos equipamentos urbanos, incorporando-os às atividades da comunidade, facilitando seu uso.

O legado político dos Jogos Olímpicos

Seria próprio afirmar que além dessas condições há que se considerar também o panorama político do país. Isso porque após candidatar-se como sede a cidade passa a ser alvo de inúmeras inspeções para avaliar sua viabilidade o que leva a uma exposição pública de suas virtudes (o que é desejável a todos) e também de seus vícios, problemas e pontos fracos (condição indesejável a governantes e iniciativa privada envolvida com a realização do evento).

Conforme afirma Vigarello (2002:145) "visível, midiático, o esporte é necessariamente político".

Isso confirma a tendência de aproximar Jogos Olímpicos e política, embora tanto na carta olímpica como nos discursos de dirigentes essa aproximação seja negada ou mesmo indesejada. A história do Movimento Olímpico demonstra desde o início do século XX o quanto o Comitê Olímpico Internacional e o Comitê Organizador dos Jogos estiveram dependentes do poder público para a realização de Jogos Olímpicos.

Quando os Jogos Olímpicos foram restabelecidos nos idos de 1894 seus idealizadores imaginavam que seu principal objetivo era a promoção da paz. Assim como outras organizações internacionalistas que surgiram nessa época o Comitê Olímpico Internacional acreditava ser possível buscar a resolução de conflitos pelo uso da razão e das leis, e não pelas armas. Dentro dessa lógica a competição esportiva era uma metáfora do confronto, uma forma racionalizada de conflito, sem o uso da violência.

Lopez (1992) aponta que desde a primeira edição, em 1896, quando ainda o Comitê Olímpico Internacional era um agrupamento de aristocratas e nobres apaixonados por uma atividade de pouco impacto social, a impossibilidade de realização da festa olímpica sem a participação efetiva do Estado. Isso porque instalações específicas são necessárias para as competições e diante dos gastos para sua execução é razoável acreditar que elas possam se tornar um bem público após sua realização. Em Atenas foram gastos aproximadamente 920 mil dracmas (algo em torno de 380 mil dólares) para construir o estádio olímpico e demais obras necessárias a acolher atletas e público. Esse montante foi bancado pelo armador grego George Averoff, residente em Alexandria, no Egito porque a monarquia grega recusou-se a pagar os custos das obras diante de outras necessidades mais urgentes. Ainda assim foi o rei Jorge I quem inaugurou os I Jogos Olímpicos da Era Moderna em 06 de abril de 1896, com a presença de setenta mil pessoas no estádio olímpico e cerca de cento e cinquenta mil pessoas nos arredores.

Quando do início dos Jogos Olímpicos denominada por Rubio (2010) de *fase de estabelecimento* o que se observa é que a dependência da estrutura de outros eventos. As edições dos Jogos Olímpicos de Paris, Saint Louis e Londres estiveram atreladas a megaeventos da época, denominadas *Exposições Universais*. Esses dois eventos, no entender de Tzanoudaki (2003), tinham uma relação direta com um projeto de modernidade que se desenrolaria em uma cidade com reconhecidas características cosmopolitas e tradicionais, contribuindo para o desenvolvimento de um modelo de cultura popular internacional. Na Exposição Universal de 1900, que, entre outras coisas, inaugurou um monumento que simboliza a cidade até os dias atuais, conhecida como Torre Eiffel, o desinteresse dos organizadores pela competição foi tão acentuado que além dos II Jogos Olímpicos não constarem do programa oficial da exposição foi também nomeado como Encontro Internacional de Exercícios Físicos e Esportes, para indignação dos membros do COI e do próprio Pierre de Coubertin (Cardoso, 2000). A imposição de horários e locais por parte dos

organizadores levou as provas dos Jogos de Paris a serem realizadas em vários locais, em datas que variaram de 14 de maio a 28 de outubro, período da Exposição Universal.

O mesmo se passou nas duas edições seguintes. Embora tivesse ocorrido disputa pela realização dos Jogos de 1904 (Chicago também postulou essa condição) e de 1908 (com Milão, Turim, Gênova e Florença concorrendo) não havia ainda o reconhecimento dos Jogos Olímpicos como um evento tradicional e de repercussão internacional. As provas eram realizadas como parte das atividades das Exposições Universais, repletas de outras atividades culturais de diversas partes do mundo. Ou seja, nem Saint Louis nem tampouco Londres viram-se obrigadas a se preparar especificamente para receber os Jogos Olímpicos com a construção de infra-estrutura necessária para esse fim.

Já a cidade de Estocolmo em 1912 não contou com a concorrência de nenhuma outra cidade e pela primeira vez desde Atenas os Jogos seriam realizados como uma atração em si. O evento contava também com a simpatia da população de um país que era o berço de um dos principais movimentos ginásticos mundiais. Além disso, obteve o apoio incondicional do governo sueco o que facilitou a construção das instalações necessárias para a realização de uma competição que começava a assumir grandes proporções, exigindo uma logística pouco usual para os padrões da época. Estádios, ginásios e outros locais de provas encontraram-se lotados, o que fez render ao COI a quantia de 106.000 coroas, fato inédito até então.

Entende-se que nesse momento da história olímpica Coubertin era movido pela necessidade de superar as dificuldades de ordem material para a realização dos Jogos Olímpicos, nem que para isso fosse necessário fazer diferentes concessões capazes de colocar em cheque os próprios valores olímpicos. Essa é uma clara demonstração da afirmação falaciosa de que esporte e política não se relacionam.

Mas o legado político dos Jogos Olímpicos não se restringe apenas às dificuldades materiais encontradas na fase de estabelecimento. Diante de seu desenvolvimento, e conseqüente expansão, sediar os Jogos passou a ser entendido como a possibilidade de oferecer à cidade sede, e conseqüentemente ao país, a visibilidade internacional que poucos outros eventos eram capazes de dar. Então, mais do que a reunião de excêntricos milionários os J.O. tornaram-se uma questão de Estado. Isso pode ser observado na *fase de afirmação*[7] quando a Bélgica sediou os Jogos de Antuérpia, em 1920, alguns meses após o fim da guerra e buscava resgatar não apenas a periodicidade dos J.O., mas outros valores que haviam se perdido nos anos de conflito. Uma das razões para a escolha dessa sede foi a intenção de homenagear o país arruinado depois de anos de guerra, igual motivo que levou a Bélgica a se recusar a convidar a Alemanha a participar oficialmente dos Jogos, cabendo ao Comitê Organizador contornar a situação criada. Em razão disso a Áustria, Hungria, Bulgária, Polônia e Rússia, países também atingidos pelo conflito, recusaram-se a participar do evento, marcando o primeiro boicote da história dos Jogos Olímpicos[8]. O que se observa naquela situação e em outras que virão a ocorrer no futuro é o envolvimento direto dos governos nacionais em um evento que não se caracteriza como nacional, mas que necessita de todo o amparo do poder público para ser organizado e realizado. Essa constatação já se apresenta como forte o suficiente para descaracterizar os J.O. como independentes das questões político-partidárias dos países que os abriga.

O que dizer então dos Jogos Olímpicos de 1936 realizados no ápice do nazismo? Berlim era a cidade escolhida para sediar os Jogos de 1916, condição abortada em função da I Guerra Mundial. Uma das decorrências da derrota foi a exclusão das competições olímpicas por 10 anos. O desejo de participação nessa competição era ainda reforçada por uma cultura de valorização da atividade ginástica e esportiva disseminada entre a juventude alemã[9].

Muito embora os Jogos Olímpicos de Berlim sejam confundidos com o regime nazista é importante destacar que a postulação da cidade se deu ainda sob a República Constitucional de Weimar. Segundo Salvador (2004), ainda em 1932 o Partido Nacional Socialista se opunha à realização dos Jogos Olímpicos em Berlim por causa de seu caráter cosmopolita e alto custo, além das implicações integradoras e

multirraciais. Apenas em janeiro de 1933, com a ascensão de Hitler ao poder é que essa situação se transformou. McComb (2004) aponta que a partir de março de 1933 Hitler aceitou com entusiasmo os Jogos Olímpicos em Berlim e afirmou sua determinação em realizar uma edição dos Jogos por entender que eles contribuiriam para favorecer o relacionamento da Alemanha com outras nações do mundo e também promoveria o esporte entre a juventude alemã. O legado político dos Jogos Olímpicos de Berlim provoca até os dias atuais intenso debates entre os estudiosos do tema, principalmente pela impossibilidade de distanciar a realização material da competição de todos os objetivos implícitos implicados nessa tarefa, afirmando a proximidade entre Jogos Olímpicos, ideologia e Estado.

Ressalta Cardoso (2000) que os Jogos Olímpicos modernos estavam em perfeita sintonia com as idéias do nacionalismo alemão: o resgate de valores clássicos e a mescla de espetáculo e paixão que os Jogos Olímpicos conquistaram ao longo do século XX ofereciam a possibilidade de relacioná-lo com a literatura e a arte alemã mais nacionalista. Vale ressaltar que os grandes estudiosos sobre o agonismo grego, bem como as descobertas relacionadas com Olímpia e os Jogos Olímpicos da Antiguidade eram de origem alemã.

Um dado digno de destaque nesse processo foi a advertência que Henri Baillet-Latour, presidente do COI fez a Hitler, diante da perseguição exercida contra ao presidente do Comitê organizador Theodore Lewald de origem judia. Em documento publicado afirmava o COI que durante os Jogos Olímpicos de Berlim o *führer* seria um convidado de honra e nada mais, uma vez que os Jogos Olímpicos não pertenciam ao país da cidade sede, mas ao Movimento Olímpico Internacional.

Tal destemor em tratar com chefes de Estado não foi visto nas edições olímpicas de Moscou (1980) e Los Angeles (1984) quando foram protagonizados os maiores boicotes da história olímpica. Embora fossem tentadas iniciativas no sentido de garantir a participação de atletas de forma isolada o preceito das representações nacionais foi mantido, garantindo para o futuro a continuidade de uma política secular de representações inversas. Ou seja, os membros do COI são representantes do Movimento Olímpico em seus países, e não representantes nacionais dentro do Comitê Olímpico.

As postulações brasileiras aos Jogos Olímpicos

É sabido que no Brasil o esporte foi desenvolvido e organizado pelos militares, o que gerou uma representação social da prática esportiva atrelada a uma cultura autoritária e centralizadora[10]. Durante os anos do regime militar foi corrente o uso da imagem de atletas vencedores para simbolizar a pujança da nação, para o público interno, e a tentativa de consolidar a idéia de um país “em desenvolvimento” para o mercado externo, condição semelhante de outras nações mais ou menos democráticas. O que de fato se observa, principalmente a partir da perspectiva dos atletas olímpicos brasileiros dos anos 1970 e 1980, era a falta de estrutura para competir em situação de igualdade com as grandes potências olímpicas internacionais, devendo-se creditar aos próprios atletas a superação de inúmeras barreiras materiais[11].

A primeira aventura olímpica brasileira teve início em 1927 quando foram lançadas as postulações para os XI Jogos Olímpicos que se realizariam em 1936. Naquele momento os Jogos Olímpicos haviam deixado de ser uma aventura de excêntricos que corriam o mundo para apresentar suas habilidades atléticas e já se mostrava como uma forma de propaganda do país que o sediava. As cidades que apresentaram suas candidaturas na 25ª sessão do COI realizada em Mônaco em 1927 foram Alexandria, Barcelona, Budapeste, Helsinque, Lausanne, Milão ou Roma e Rio de Janeiro, única cidade fora do continente europeu. A quebra da bolsa de valores de Nova Iorque e a conseqüente recessão vivida em escala global sem precedentes na história talvez tenha determinado os rumos da escolha da sede.

O Brasil que tinha sua economia pautada na produção cafeeira e viu a perda de mercado consumidor em

função da crise econômica e também a ruína não apenas da aristocracia cafeeira, mas também de todos os que trabalhavam indiretamente com essa produção. Esse talvez tenha sido o principal motivo para a desistência da candidatura brasileira que deveria ser oficializada em 1930. Curiosamente o que se observa nesse processo é a entrada da cidade de Berlim entre as candidatas e sua vitória, ainda sob a República de Weimar (Hill, 1996). A escolha da capital alemã se deu em escrutínio indireto, devido a ausência de muitos delegados no congresso, e sua concorrente final foi Barcelona, que insatisfeita com o resultado do escrutínio abrigaria a edição dos Jogos Operários de 1936, não fosse a eclosão da Guerra Civil Espanhola, na véspera da abertura da competição. Vale ressaltar a importância desses Jogos no cenário internacional daquele momento. Houve edições que os Jogos Operários atraíram mais participantes e público do que os Jogos Olímpicos, indicando a força do movimento sindical e anarquista da época. A realização dos Jogos em Barcelona era uma afirmação da oposição ao franquismo e ao nazismo emergente na Alemanha.

A fragilidade da candidatura brasileira de 1927 reflete a desorganização e conflito da formação do Comitê Olímpico Brasileiro.

A participação efetiva do Brasil no Movimento Olímpico, conforme Franceschi Neto (1999), ocorreu em maio de 1913 quando o então ministro do Brasil na Suíça, Raul do Rio Branco, filho do Barão de Rio Branco, responsável pela resolução do conflito territorial relacionado com a anexação do Acre, foi convidado pessoalmente por Pierre de Coubertin a participar do Congresso Olímpico Internacional em Lausanne e posteriormente a fazer parte do Comitê Olímpico Internacional. Embora desconhecesse a realidade do esporte no Brasil os argumentos utilizados por Pierre de Coubertin foram determinantes para que o diplomata brasileiro aceitasse a incumbência: o reconhecimento do Brasil como potência regional e sua inclusão no cenário internacional já compartilhado pelas grandes nações.

Afirma a autora que o diplomata tomou uma atitude de cautela quanto à organização do Movimento Olímpico Brasileiro, mas sugeriu a criação de um Comitê Olímpico Nacional (CON) juntamente com a divulgação dos ideais olímpicos para somente então discutir a participação brasileira nos Jogos Olímpicos. O *Comité Olympico Nacional*, juntamente com a *Federação Brasileira de Sports* que passaria a se chamar Confederação Brasileira de Desportos (CBD), foi criado em 8 de junho de 1914, na sede da primeira entidade organizada do esporte brasileiro, a Federação Brasileira das Sociedades de Remo, no Rio de Janeiro. Os Jogos Olímpicos de Antuérpia em 1920 levaram a uma mobilização dos dirigentes e atletas para organizar uma equipe que pudesse representar o Brasil. O Comitê Olímpico Internacional enviou o convite ao Comitê Olímpico Nacional, que por sua vez atribuiu à Confederação Brasileira de Desportos a incumbência de preparar os atletas para a competição.

A relação amistosa entre a CBD e o CON não tardou a ser abalada. É possível afirmar que parte das divergências que marcam essa relação esteja no fato de a CBD ter sido organizada como uma entidade ligada ao governo, enquanto o CON nasceu e se desenvolveu como uma entidade de caráter privado, desatrelado das políticas governamentais[12]. A divergência fica explícita quando da composição da delegação brasileira que foi aos Jogos de Paris, em 1924, que se viu obrigada a fazer uma campanha pública para arrecadar fundos para participar dos J.O.

Documento do COB (1977: 56) confirma essa situação:

Entretanto a Federação Paulista de Atletismo, fundada em fevereiro de 1924, resolveu angariar fundos, por meio de subscrição pública, patrocinada pelo Jornal “O Estado de São Paulo” e dentro de algumas semanas obtinha o numerário suficiente para as despesas de viagem e de estada da pequena, porém selecionada, delegação. E assim, no dia 27 de maio de 1924, embarcaram em Santos, no navio Orânia e em segunda classe, com destino a Cherbourg, na França, dez integrantes da seleção da delegação paulista de atletismo.

Esses episódios e outros interesses levaram os três embaixadores do Olimpismo no Brasil Raul do Rio Branco, Arnaldo Guinle e José Ferreira dos Santos a iniciarem um movimento de criação e legalização do Comitê Olímpico Brasileiro junto ao Comitê Olímpico Internacional. em 1927. Esse movimento atesta as

divergências citadas anteriormente e sugere que a postulação do Rio de Janeiro teria o objetivo de fortalecer esse grupo. Enquanto Raul do Rio Branco foi convidado pessoalmente por Pierre de Coubertin para compor o COI, Guinle e Santos foram indicados pelo Conde Henri Baillet-Latour, presidente do COI no período de 1925 a 1942, atestando a proximidade desse grupo com a comunidade olímpica internacional.

A fundação efetiva do Comitê Olímpico Brasileiro aconteceu em 20 de maio de 1935, sob a coordenação de Arnaldo Guinle e José Ferreira dos Santos. Essa iniciativa contou com o apoio irrestrito e o incentivo do então presidente do COI Conde Henri de Baillet-Latour. A mesma iniciativa tomou a CBD fundando em 1º de junho de 1935 um segundo COB com o apoio do governo brasileiro. As razões que levaram à criação do COB foram sintetizadas por Arnaldo Guinle ao evocar o artigo 17º dos estatutos do COI conforme a ata de instalação e fundação: Não têm razão os espíritos menos avisados que procuram confundir, em meio às dissenções esportivas internas as verdadeiras finalidades dos Comitês que a grande honra de declarar com o apoio das entidades esportivas nacionais presentes à reunião e perfeito entendimento e solidariedade de seus colegas, delegados do C.I.O., no Brasil, fundado e instalado[13].

Um dos principais episódios das diferenças entre as duas instituições se deu nos Jogos de 1936 quando duas delegações chegaram a Berlim: uma do Comitê Olímpico Brasileiro, reconhecida pelo Comitê Olímpico Internacional, e outra da Confederação Brasileira de Desportos, apoiada pelo governo brasileiro. Já em solo Alemão, e com a seleção do COB na Vila Olímpica, as duas delegações entraram em entendimento e registraram todos os 72 atletas brasileiros que lá chegaram. A partir de então houve a unificação das instituições, muito embora os recursos financeiros que sustentaram o COB sempre vieram do governo federal brasileiro.

Foram necessários 70 anos para que o Brasil voltasse a sonhar com a condição de sede olímpica episódio que veio a ocorrer com a postulação de Brasília a sede dos Jogos Olímpicos de 2000. A candidatura brasileira aos Jogos Olímpicos de 2016 começou a ser construída ainda nos anos 1980. Não por acaso isso ocorreu em um momento em que se iniciava a abertura democrática no país, após mais de 20 anos de ditadura militar.

A curiosidade que envolve a postulação da cidade de Brasília é que esse foi um desejo do então presidente da república, Fernando Collor de Mello, deposto antes do final do mandato após um processo de impeachment por acusações de corrupção. Brasília substituiu a cidade do Rio de Janeiro na condição de capital administrativa do país em 1960. Planejada pelo urbanista Lucio Costa e pelo arquiteto Oscar Niemeyer é considerada um patrimônio cultural da humanidade desde 1987. Fosse pela condição recente desse fato ou pelo período histórico em que ele ocorreu o que se observa é a raridade de informações a respeito das circunstâncias e do desenrolar dessa postulação que foi construída em 1991, pouco antes do processo de impeachment. Poucos são os documentos disponíveis, restando-nos os informativos que noticiaram o fato.

Inicialmente 8 cidades se candidataram a sediar os Jogos: Pequim (China), Berlim (Alemanha), Istambul (Turquia), Manchester (Inglaterra), Sydney (Austrália), Brasília (Brasil), Milão (Itália) e Tashkent (Usbequistão). Entretanto, Brasília, Milão e Tashkent desistiram do processo de candidatura antes da 101ª reunião do COI ocorrida na cidade de Monte Carlo ocasião em que se escolheu a cidade de Sydney como a sede dos Jogos de 2000.

A questão central a ser discutida nessa postulação é o quanto se sabia ou se conhecia sobre o processo de escolha da cidade olímpica ou se essa candidatura foi mais uma entre tantas situações bizarras vividas durante esse governo. Logo no início de seu mandato Fernando Collor confiscou o dinheiro da população brasileira a título de contenção da inflação que no período chegava a 100% ao mês. Já naquele momento as cidades postulantes tinham conhecimento dos requisitos básicos para a candidatura, mas ainda assim a notícia foi divulgada objetivando elevar a auto-estima da população, revoltada e insatisfeita com as

medidas tomadas no início do governo.

Conforme aponta matéria do Jornal Correio Braziliense (1988) a postulação de Brasília nasceu da idéia de associar o aniversário de 40 anos da capital federal, com as comemorações dos 500 anos de descobrimento do Brasil. A idéia de ter Brasília como sede olímpica nasceu a partir do encontro de duas pessoas ligadas a área de marketing esportivo do Banco do Brasil, Heleno Fonseca Lima e Márcio Contrin, patrocinador de algumas modalidades olímpicas brasileiras, representativas do início da profissionalização do esporte brasileiro.

A idéia ganhou vulto no ano seguinte com a eleição de Fernando Collor de Mello. O grande financiador desse projeto era então um dos maiores empresários da cidade, envolvido diretamente com o setor imobiliário. Reppold Filho (2007) mostrou em seu trabalho o quanto o setor imobiliário de uma cidade olímpica é mobilizado em função de todas as obras de infra-estrutura, como a vila olímpica, os estádios, piscinas e demais instalações, necessárias à realização do evento. Isso faz crer que o projeto olímpico Brasília 2000, mais do que um projeto público para a cidade significava uma aventura privada, mobilizada por interesses particulares sem base técnica para sua realização. Vale ressaltar que essa candidatura não contava com o apoio do Comitê Olímpico Brasileiro que já desejava lançar a cidade do Rio de Janeiro, antiga capital federal e principal destino turístico brasileiro, para esse fim.

Embora a candidatura de Brasília não tenha tido sucesso ela serviu para despertar o desejo de novas aventuras olímpicas por parte de outras cidades brasileiras. Assim que teve início o processo de postulação para a sede dos Jogos Olímpicos de 2004 o Comitê Olímpico Brasileiro iniciou sua campanha pela cidade do Rio de Janeiro. Vale ressaltar que nesse momento o presidente do COB já era Carlos Arthur Nuzman, que permanece no cargo até o presente. O processo dessa postulação começou no ano de 1996, momento em que o país iniciava um período de estabilização com o primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso. Depois de décadas de instabilidade política e econômica o Brasil parecia rumar para o desenvolvimento com eleições diretas regulares, a aplicação do plano real e o fortalecimento da moeda. Por outro lado o esporte, embora constasse como um direito previsto na Constituição de 1988[14] era ainda uma atividade pouco valorizada que ora tinha suas atividades reguladas pelo Ministério da Educação, ora pelo Ministério do Turismo, ou ainda pelo Ministério da Saúde.

A primeira iniciativa de organizar o esporte no Brasil após a promulgação da nova constituição veio com a lei 8.672/93[15] que propôs princípios e diretrizes para a organização e funcionamento das entidades esportivas. Mas foi com a lei 9.615/98[16], conhecida como Lei Pelé, que o esporte começou a ganhar visibilidade e espaço social como uma atividade profissional exigindo da estrutura amadora de então uma reformulação para a adequação ao novo momento do país e do esporte no mundo. Essa condição foi reforçada com a Lei 10.671/03[17], que muito embora tivesse o futebol como maior foco de intervenção permitiu ao esporte olímpico desfrutar das mudanças sugeridas pela lei.

As novas postulações brasileiras aos Jogos Olímpicos foram então influenciadas por esse movimento institucional do esporte. A candidatura do Rio de Janeiro em 2004 teve como maior apelo a vocação turística da cidade, mas faltava à iniciativa a seriedade e o profissionalismo que sobrava às demais concorrentes. Nesse momento da história olímpica, talvez mais do que em qualquer outro, a realização dos Jogos Olímpicos já era uma questão de Estado, o que fazia mobilizar o poder público e a iniciativa privada no sentido de um projeto que pudesse atender às exigências do COI que já aderira a uma idéia de Jogos sustentáveis, ou seja, a cidade candidata além de se adequar ao *check list* do COI precisa mostrar um plano de legado e sustentabilidade para os equipamentos construídos ou reformados. Naquele momento o projeto do Rio de Janeiro estava muito longe dessa sofisticação e buscou se respaldar na emoção e na mobilização popular sugerindo que os Jogos fossem mais uma grande festa. A cidade de Atenas foi a escolhida para essa edição olímpica, mas o sonho olímpico não se apagou do horizonte dos dirigentes do esporte brasileiro.

A postulação para os Jogos de 2012 seguiu um caminho distinto das versões anteriores buscando desde o primeiro momento o compromisso do poder público ao longo de todo o processo. Nesse sentido abriu-se para as cidades que apresentassem condições mínimas para a realização e organização dos Jogos a possibilidade da postulação, iniciando um processo de concorrência entre ela, e desta forma, comprometendo o poder público na criação do projeto e em sua execução. Venceria aquela que apresentasse as melhores condições e o plano mais exequível. É fato que apenas a cidade de São Paulo e do Rio de Janeiro participaram do processo, ambas mobilizando equipes altamente competentes, com assessores já reconhecidos pelo trabalho realizado em outras edições olímpicas como Barcelona e Sydney.

Todo esse processo ocorreu ao longo do primeiro mandato do presidente Luis Inácio Lula da Silva, responsável pela criação do primeiro Ministério do Esporte da história do país, fato que inegavelmente contribuiu para a transformação do esporte, tanto do ponto de institucional como organizativo e performático. Os governos municipais e estaduais envolvidos com a disputa mobilizaram inúmeros esforços para garantir a postulação. Foram apresentados projetos como a construção de equipamentos públicos com posterior utilização para diferentes comunidades, mas, principalmente no caso de São Paulo, buscou-se a revitalização de áreas degradadas da cidade ou de pouca ocupação. Ainda assim, mais uma vez a escolha recaiu sobre a cidade do Rio de Janeiro. Ainda que todo esse processo tenha apresentado um avanço sobre as postulações anteriores o amadorismo na condução do processo junto ao Comitê Avaliador e aos delegados votantes levou a mais uma derrota da cidade. Ficava evidente naquele processo que o *lobby* para a eleição final era não apenas desejável quanto necessário para o sucesso da escolha e que esse esforço não se daria apenas pela contratação de um corpo técnico competente, mas também com o envolvimento direto de dirigentes governamentais como aconteceu com as candidaturas de Londres e Paris, que contou com os presidentes Tony Blair e na sessão plenária que decidiu pela cidade vencedora. Os Jogos Olímpicos já não pertenciam à comunidade olímpica, mas aos olímpicos[18] fossem eles atletas, artistas, escritores ou políticos, capazes de mobilizar a simpatia dos votantes na escolha de sua cidade.

Importante ressaltar a grandiosidade dos custos de uma postulação. Diante do aparato humano e material mobilizado para esse fim estima-se na casa do milhão de dólares os custos de uma postulação. O termo estima-se é aqui usado em função da não publicação desses gastos por parte dos organizadores, muito embora o COI recomende transparência aos postulantes, como ocorre com o caso de Londres onde todas as contas estão disponibilizadas em sítios eletrônicos.

O malogro vivido com a postulação de 2012 não seria repetido. Essa afirmação foi feita em diferentes momentos e de formas distintas. Entenderam os dirigentes olímpicos brasileiros que a melhor forma de reverter o argumento de que o Brasil não teria competência para abrigar um megaevento seria realizando algo de vulto. Já se passavam algumas décadas desde que Porto Alegre sediara a Universíade e São Paulo os Jogos Pan-americanos ambos em 1963 (Santiago, 2009). Eventos de caráter internacional essas competições esportivas estavam perdidas na memória de atletas e do público apaixonado pelo esporte que se lembravam daqueles dias que colocaram a cidade em contato com milhares de pessoas vindas de diferentes países do mundo e da América Latina, trazendo novas expressões e sotaques para as já cosmopolitas cidades brasileiras.

Os Jogos de 2016 e a estratégia de pertencimento a um novo cenário internacional

Esse foi um dos principais motivos para o empenho do Comitê Olímpico Brasileiro e do Ministério do Esporte, em nome do governo federal, trabalharem pela postulação da cidade do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Pan-americanos de 2007, passaporte para a candidatura aos Jogos de 2016. Polêmico desde o princípio, o projeto dos Jogos Pan-americanos envolveu a construção de vários equipamentos esportivos como um estádio, um complexo aquático, uma vila olímpica, a reforma de ginásios e várias

instalações temporárias sem um projeto de utilização posterior. Não causa estranheza que essas instalações, poucos anos depois, estejam em situação de abandono, onerando os cofres dos gestores públicos, que não previram um plano de uso. A prestação de contas dos Jogos Pan-americanos está ainda tramitando em diferentes instâncias da justiça brasileira uma vez que tanto o ministério público quanto grupos organizados da sociedade civil sentiram-se desrespeitados com a condução do processo de licitação de obras e compras de equipamentos para a realização do evento. Mas, a principal finalidade dos Jogos Pan-americanos foi alcançada: despertar o orgulho da população para a realização de uma competição de proporção continental e mostrar para os dirigentes olímpicos a competência para isso.

O Brasil de 2010 é um país distante desse cenário dos anos 80. O PIB (Produto Interno Bruto) avançou 8,9% entre janeiro e junho de 2010. Em valores absolutos, o PIB brasileiro somou R\$ 900,7 bilhões de abril a junho deste ano. De janeiro a março, a economia acumulou riquezas da ordem de R\$ 826,4 bilhões. De janeiro a junho, a indústria cresceu 14,2%, seguida pela agropecuária (8,6%) e pelos serviços (5,7%) (IBGE, 2010). Teriam esses dados contribuído para escolha da cidade do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos de 2016?

Conforme apontam De Pieri e Del Rio (2009) a vitória da cidade do Rio de Janeiro representa muito mais que tudo isso, significa a concretização de uma visão estratégica brasileira, afirmando a aproximação entre estratégia política e esporte. A vitória obtida pela atual administração reflete a política olímpico/esportiva em concordância com um acúmulo de políticas de Estado e uma visão estratégica do país no tempo. Enumeram os autores os fatos que contribuem para essa avaliação: em pleno ano de crise econômica e financeira internacional o país se destacou e apresentou uma série de resultados econômicos e estratégicos, que refletem uma grande crença no potencial do país em relação ao mundo; ainda no âmbito interno, o Brasil entrará definitivamente para o seleto grupo de países exportadores de petróleo graças às reservas do *pré-sal*; ainda no campo da geoestratégia, o país está buscando convênios militares para a construção de um submarino de propulsão nuclear e à renovação de sua frota militar aérea com o compromisso de transferência de tecnologia, buscando com isso, aumentar seu potencial dissuasivo, rearticular seu plano de defesa, reativar a indústria bélica nacional e ampliar sua influência na região e no mundo; o Brasil mudou de posição e converteu-se em credor do FMI, diferenciando-se dos países sul e latino-americanos com grandes acúmulos de dívida e, em alguns casos sem acesso ao crédito; outro fenômeno que destaca o papel global do Brasil reside na campanha pela reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas onde busca ocupar uma vaga de maneira permanente. Cabe destacar que tal campanha é realizada em conjunto com outras potências regionais que emergem no globo, como Índia e Nigéria ou África do Sul, além de Japão e Alemanha, que depois de longas décadas de potências econômicas, finalmente buscam quebrar o estigma de haver perdido a Segunda Guerra Mundial. No âmbito da política internacional, o país vem se destacando como um grande articulador e promotor da multipolaridade. Tem colaborado com a formulação de uma nova ordem mundial, onde alguns “países do sul” estão se unindo e começando a ocupar postos muito influentes nas diversas decisões internacionais, a exemplo disto o BRIC, o IBSA (Índia, Brasil, África do Sul) e o próprio G-20.

Trazer os Jogos Olímpicos pela primeira vez para a América do Sul, a segunda na América Latina, a terceira no hemisfério sul representa a confirmação da condição de potência regional e a afirmação de uma disposição de chamar a atenção mundial para um país que busca alterar seu lugar na geopolítica internacional. No discurso proferido imediatamente após a promulgação da cidade vencedora o presidente Lula falou: «Nossa candidatura não é só nossa, mas também de toda América do Sul, de 400 milhões de habitantes, entre eles 180 milhões de jovens». O conteúdo latente dessa mensagem busca colocar o Brasil como o catalisador dos desejos latinoamericanos de pertencimento a uma ordem de alinhamento com o desenvolvimento.

Evidente que a escolha da cidade sede depende da relação de muitas variáveis políticas e econômicas do país e da cidade postulante, bem como da ação determinada dos vários atores políticos nesse cenário. Prova dessa disposição foi a votação, pelo poder legislativo, do Ato Olímpico em setembro de 2009,

documento que oferece as garantias por parte do Governo Federal para a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. Medida de ordem prática, e também simbólica, o Ato Olímpico demonstra aos dirigentes internacionais a disposição do país em receber todos os atores envolvidos no cenário das competições, sejam eles atletas, técnicos, dirigentes e profissionais atuantes diretamente com esse espetáculo, garantia essa que não foi dada, por exemplo, por Chicago em função da política externa estadunidense.

Os Jogos Olímpicos representam, na atualidade, muito mais do que a oportunidade do país poder se mostrar para o mundo. Eles representam a possibilidade de gerar negócios diretos e indiretos, empregos, circulação monetária, construção de equipamentos públicos e a construção de uma identidade nacional restrita a poucos parceiros, curiosamente, quase todos eles europeus, norte-americanos e asiáticos emergentes.

Prova do investimento material e político ensejado nessa empreitada foi a presença diante dos delegados votantes do Presidente do Banco Central, Henrique Meireles, que não apenas apresentou um relatório sobre a estabilidade da economia brasileira, que naquele momento destoava da recessão vivida por grande parte dos países capitalistas; o prefeito da cidade do Rio de Janeiro Eduardo Paes e governador do estado do Rio de Janeiro Sérgio Cabral, que mostraram a convergência dos diferentes níveis de governo em torno do projeto olímpico, ainda que pertençam a diferentes partidos políticos; e o ex-presidente da Fifa, João Havelange, decano do COI e conhecedor, como poucos, das mazelas relacionadas com a postulação de uma cidade a um megaevento esportivo.

Mas a candidatura brasileira não se pautou apenas nas questões de ordem objetivas, pelo contrário, o principal tema da candidatura carioca foi a paixão e a vocação brasileira para o multiculturalismo e a tolerância à diferença.

Gozando de alto índice de popularidade nacional e internacional o presidente Lula foi, inegavelmente, o fator de desequilíbrio na votação final, que fez uso de um estilo de comunicação afetivo e emocionado, pouco comum a chefes de Estado e em disputas dessa natureza. A convergência de seu discurso com a campanha de divulgação de apelo emocional não apenas foi percebido pelos membros do plenário, como também exaltado uma vez que também o COI busca resgatar o componente emocional do esporte perdido em meio ao uso ilimitado de tecnologia e racionalização do gesto técnico esportivo.

O discurso do presidente fincou-se basicamente no conceito da cordialidade brasileira promovida por Sérgio Buarque de Holanda, em 1936. O livro, com um notório referencial à sociologia weberiana, problematiza como características da história brasileira, tal qual a colonização dos portugueses (que já tinham sua peculiaridade para com os outros povos da Europa), fincada basicamente na cultura rural. Analisa como o patriarcado sedimentado nessa cultura, ou o trabalho escravo do africano trazido estritamente para isso, não podem ser menosprezados quando se pretende decifrar o que vem a ser o Brasil e seu povo no século XX.

O conceito de cordialidade para Holanda (2006) é tomado como uma contribuição brasileira para a civilização. Representada pela ilhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, tomadas como virtude pelos estrangeiros, são para o autor traço definido do caráter brasileiro, cunhado na influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal. Longe de representarem civilidade ou boas maneiras são esses adjetivos expressões legítimas de conotação emotiva que também se configuram ricos e transbordantes. Aponta o autor que nenhum outro povo se distancia mais da noção ritualística da vida do que o brasileiro, visto que a forma de convívio social representa o inverso da polidez. Entende que a mímica deliberada de manifestações espontâneas no “homem cordial” é uma forma natural de vida que se converteu em uma espécie de fórmula equivalente a um disfarce que facilita a preservação de sua sensibilidade e emoção.

Por meio de semelhante padronização das formas exteriores da cordialidade, que não precisam ser legitimadas para se manifestarem, revela-se um decisivo triunfo do espírito sobre a vida. Armado dessa máscara, o indivíduo consegue manter sua supremacia ante o social. E, efetivamente, a polidez implica uma presença contínua e soberana do indivíduo[19].

Nessa perspectiva, a vida em sociedade representação uma forma de libertação do pavor que o indivíduo sente em viver consigo mesmo e responder por seus atos e ações em diferentes dimensões de sua existência, é um viver nos outros. O reflexo dessa construção subjetiva se dá em uma espécie de aversão ao ritualismo social o que gera uma reverência prolongada ante um superior, e cuja manifestação maior de respeito se dá no desejo de estabelecer intimidade. *Nosso temperamento admite fórmulas de reverência e até de bom grado, mas quase somente enquanto não suprimam de todo a possibilidade de convívio mais familiar*[20].

As implicações da cordialidade, entretanto, vão além. Aponta Holanda que o desconhecimento de qualquer forma de convívio que não seja pautada em uma ética de fundo emotivo seria talvez um dos aspectos mais singulares da vida do povo brasileiro. Essa condição manter-se-ia presente mesmo em atividades onde a racionalidade deveria imperar sobre a emoção, como é o caso do comércio ou as relações profissionais de qualquer natureza.

Lira (2010) aponta que ao fazer um discurso apaixonado perante os delegados do COI o principal argumento utilizado pelo presidente Lula consistia em apelar para a identidade do povo brasileiro. Essa identidade é construída a partir de uma referência de mescla multiétnica que proporciona a boa convivência com o “diferente”. Um dos filmes produzidos com a finalidade de apresentar a cidade para os votantes tinha como título “A paixão nos une” e seu roteiro baseava-se na circulação de diferentes grupos culturais pela cidade que ao se deslocarem para um ponto de encontro eram efusivamente recepcionados pela população da cidade. Ao longo do percurso esses estrangeiros deparavam-se com elementos da cultura brasileira como a capoeira, o samba, frutas e comidas típicas. Os participantes, de diferente origens, afirmavam em diferentes idiomas, “a paixão nos une”. A apoteose se dava na praia, quando todos se encontravam formando os anéis olímpicos. Nada mais apaixonado e afetivo, buscando uma afirmação da identidade nacional.

Trechos do discurso do presidente reforçam essa idéia:

"somos um povo apaixonado pelo esporte, apaixonado pela vida... não só somos um povo misturado, mas um povo que gosta muito de ser misturado, é o que faz nossa identidade... é hora de acender a pira olímpica num país tropical... para o movimento olímpico será uma oportunidade de sentir o calor do nosso povo, a exuberância da nossa cultura, o sol da nossa alegria... as portas do Brasil estão abertas para a maior festa da humanidade... os Jogos Olímpicos do Rio serão inesquecíveis, pois estarão cheios da paixão, da alegria e da criatividade do povo brasileiro[21]".

A onda xenofóbica que agraa o planeta contribui para a boa receptividade de um discurso construído com base na pluralidade e na emoção, embora se saiba que no Brasil o racismo velado e o preconceito encoberto causam danos aos movimentos populares que entre outros obstáculos têm que lidar com a contrariedade da sociedade em assumir essas questões. Mas, ao que tudo indica, o discurso de um país multicultural e multiétnico casa perfeitamente com o discurso apartidário e apolítico do COI. De um lado a miopia discriminatória do outro a cegueira política. Em tempos de inúmeras transformações sociais de ordem global permanecem quase intactas idéias e documentos do século XIX.

Embora a cidade do Rio de Janeiro não constasse como a preferida na maioria das casas de apostas o jogo político dentro do próprio COI favoreceu o Brasil, ótima segunda opção da maioria dos votantes.

Considerações finais

Depois de quase um século de tentativas, finalmente uma cidade brasileira sediará os Jogos Olímpicos.

Sonho de uns, pesadelo de outros, espera-se diferentes tipos de legado dessa situação.

O primeiro deles talvez seja o desejo de ver a população se apropriar de uma situação que envolverá vultosas quantias de dinheiro público, dinheiro esse que sairá dos cofres de diferentes ministérios que viram seus projetos serem alterados em função dessa realização. A participação popular pode se dar de diferentes formas que vai desde a manifestação sobre o desejo do local e/ou formato dos equipamentos públicos a serem construídos até o monitoramento dos gastos realizados. Essa participação cidadã poderia dar aos JO do Rio de Janeiro o selo de Jogos Cidadãos, da mesma forma que Sydney ganhou o selo dos Jogos Verdes. A superação de um quadro crônico de corrupção nos gastos públicos pode ser parte desse legado, sonhado tanto quanto a superação da desigualdade social.

O segundo legado pode ser sonhado no âmbito da estruturação da prática esportiva propriamente dita, uma vez que se espera do país sede um desempenho exemplar de seus atletas. Nesse sentido, embora tenhamos menos de uma década de trabalho, e considerando a tradição de superação dos atletas brasileiros, o legado humano esportivo dos JO do Rio de Janeiro pode ser a construção de uma política pública para o esporte longeva o suficiente para compensar todos os gastos na construção de uma infraestrutura material e na formação de recursos humanos. Isso significa expandir a prática da educação física desde o ensino fundamental, ampliar as redes públicas de prática esportiva, uma vez que o esporte competitivo no Brasil se desenvolve basicamente dentro de clubes, privando a maioria da população de serviços de qualidade para o desenvolvimento de uma carreira esportiva. Esse cenário mais do que puramente esportivo é político e se visto por essa ótica os investimentos da postulação farão sentido.

O terceiro legado pode ser a afirmação de uma vocação multicultural e multiétnica utilizada de forma oportunista conforme o momento histórico. É fato que se comparado a outros países o Brasil está longe de apresentar os conflitos de ordem religiosa, étnica ou cultural que outros países enfrentam, mas isso não garante uma sociedade justa. A superação das desigualdades sociais, desafio apontado quase sempre em momento eleitorais, pode também ganhar destaque nesse momento, uma vez que o acesso a prática esportiva é um dos indicadores de desigualdade.

É inegável o ganho para o COI e para o Brasil sobre a realização dos JO no Rio de Janeiro. Durante mais de um século de atividades esse evento, que cresceu em importância e em proporções, tem protagonizado e refletido inúmeras questões do âmbito internacional. A visibilidade internacional que os Jogos Olímpicos têm na atualidade impõe ao Movimento Olímpico a responsabilidade sobre as ações realizadas pelo mundo em seu nome. Há 60 anos os Jogos Olímpicos deixaram de ser um evento europeu. Durante esse período os Jogos de Verão percorreram a Oceania, a América do Norte, a Ásia e a Europa e pela primeira vez chegarão à América do Sul.

Viu-se no processo de postulação o envolvimento e a influência do poder público, em suas mais altas esferas, tanto no processo de postulação como agora em sua execução. Sabe-se que no momento da postulação a convergência de interesses favorecia o apaziguamento das diferenças e a superação de toda ordem de dificuldade, fosse ela material, ideológica ou afetiva. Porém, passado o momento da ilusão grupal a sociedade aguarda pela demonstração efetiva de um projeto que marque um momento único da história do país, de desenvolvimento sem igual, de afirmação de uma identidade nacional, da superação do alinhamento com os menos desenvolvidos, embora a desigualdade social seja ainda o limite a ser transposto.

Essas questões tão nacionais, e também tão universais, fazem parte do atual imaginário olímpico brasileiro que sonha em ver o país ao lado das grandes potências não do esporte, porque afinal isso é resultado de um processo de longos anos, mas da cidadania.

Notas

- [1] Rubio, 2009
- [2] Behnam & Tarradellas, 1999
- [3] Shultis, Johnston & Twynam, 1994; Hodges & Hall, 1996; Lenskyj 2002; Fredline et al., 2003; Misener & Mason, 2006; Preuss, 2007a.; 2007b; 2007.c; Smith & Fox, 2007; Shipway, 2007; Tavares, 2007.
- [4] Rubio, 2005
- [5] García, 2004
- [6] Verbruggen, 2003; Tzanoudaki, 2003
- [7] Rubio, 2010
- [8] Rubio, 2007
- [9] Hache, 2000
- [10] Castelani, 2008; Soares, 2007
- [11] Rubio, 2007
- [12] Rubio, 2007
- [13] COB, 1977: 23
- [14] Oliveira, 1994
- [15] Lei 8.672 de 06 de julho de 1993, publicada no D.O.U., em 07 de julho de 1993, regulamentada pelo Decreto 981/93.
- [16] Lei 9.615 de 24 de março de 1998, publicada no D.O.U., em 25 de março de 1998, regulamentada pelo Decreto 2.574 de 29 de abril de 1998, publicado no D.O.U., em 30 de abril de 1998.
- [17] Lei 10.671 de 15 de maio de 2003, publicada no D.O.U., em 16 de maio de 2003.
- [18] Morin, 1997
- [19] Holanda, 2006: 147
- [20] Holanda, 2006: 148
- [21] Lula da Silva, 2009

Bibliografia

- BITTENCOURT, A. C. Cidades candidatas versus cidades olímpicas: o processo de eleição, o sucesso, o fracasso, a modelagem e os conceitos de real valor. In.: O. Tavares & L. P. DaCosta (orgs) *Estudos Olímpicos*. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 1999.
- CARDOSO, M. *O arquivo das olimpíadas*. São Paulo: Panda Books, 2000.
- CASHMAN, R. *Olympic Countdown. Diary of the Sydney Olympics*. Sydney: Walla Walla Press, 1999.
- CASHMAN, R. *Sport in the national imagination*. Sydney: Walla Walla Press, 2002.
- CASTELLANI FILHO, L . *Educação Física no Brasil: A História que não se conta*. Campinas - SP:

Editora Papirus, 2008.

CONSTANTINO, J. M. Desporto, cidade e natureza: espaço público e cultura ecológica. In.: L. P. DaCosta (org.) *Meio ambiente e desporto. Uma perspectiva internacional*. Porto: Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física, 1997.

DE PIERI, V. S. G.; DEL RÍO, J. B. S. *Brasil se consagra sede olímpica – Rio 2016: Auge de uma potência?* Meridiano 47 n. 111, out. 2009

<<http://www.red.unb.br/index.php/MED/article/viewPDFInterstitial/514/331>> [p. 21 a 22] [20 de setembro de 2010].

FRANCE, A.; ROCHE, M. Sport mega-events, urban policy and youth identity: signs of citizenship and exclusion in Sheffield. In.: M. Roche (ed.) *Sport, popular culture and identity*. Aachen: Meyer & Meyer: 1998.

FRANCESCHI NETO, M. *A participação do Brasil no Movimento Olímpico Internacional – de 1896 a 1925*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Gama Filho. Rio de Janeiro. 1999.

FREDLINE, E., JAGO, L.K., & DEERY, M. (2003). The Development of a Generic Scale to Measure the Social Impacts of Events, *Event Management*, 8 (1), 23–37.

García, B 'La Dimension Cultural de Macro-Eventos en el 2004. Potenciales y Limitaciones para una Experiencia Sostenible', *Portal Iberoamericano de Gestion Cultural* (Eds) Boletín Gestion Cultural (n 6), 2004.

HACHE, F. *Jeux Olympiques. La flamme de l'exploit*. Paris : Gallimard, 2000.

HILL, C. R. *Olympic Politics. Athens to Atlanta, 1896 – 1996*. Manchester University Press. New York. 1996.

HILLER, H. H. Toward a science of Olympic outcomes: the urban legacy. In.: M. Moragas, C. Kennett e N. Puig (eds) *The legacy of the Olympic Games 1984-2000*. Barcelona/Lausanne: Olympic Studies Centre of the Autonomous University of Barcelona/ Olympic Studies Centre of the International Olympic Committee, 2003.

HODGES, J. & HALL, C. The Housing and Social Impacts of Mega events: Lessons for the Sydney 2000 Olympics. In Kearsley, G. (Ed.), *Tourism Down Under II; Towards a More Sustainable Tourism* (pp. 152–166). Centre for Tourism, University of Otago, Dunedin, 1996.

HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

LENSKYJ, H. J. *The Best Olympics Ever? Social Impacts of Sydney 2000*. New York: State University of New York, 2002.

LIRA, T. E. A paixão nos une? A identidade brasileira e a estratégia da candidatura do Rio de Janeiro aos Jogos Olímpicos de 2016. *Revista de Estudos Internacionais*. Volume 01 n 01, julho de 2010 http://revistadeestudosinternacionais.com/revistas/REI_ed1_jul-2010.pdf#page=109 [18 de setembro de 2010].

LOPEZ, A. A. *La aventura olímpica*. Madrid: Campamones, 1992.

LULA DA SILVA, Luís Inácio. (2009a) *Discurso de Lula para o COI - Olimpíadas Rio 2016*. Publicado no YouTube <<http://www.youtube.com/watch?v=JT5KHpUNY6Y>>. Disponibilidade: 20/09/2010.

McCOMB, D. G. *Sports in World History*. New York and London: Routledge, 2004.

MISENER, L. & MASON, D. S. Creating community networks: Can sporting events offer meaningful sources of social capital? *Managing Leisure*, 11 (1), 39–56, 2006.

MORIN, E. *Cultura de massas no século XX*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

OLIVEIRA, J. *Constituição da República Federativa do Brasil*, promulgada em 5 de outubro de 1988. 9ª edição. São Paulo: Saraiva, 1994.

PREUSS, H. Aspectos sociais dos megaeventos esportivos. In.: K. Rubio (org.) *Megaeventos esportivos, legado e responsabilidade social*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007a.

PREUSS, H. Winners and Losers of the Olympic Games. In B. Houlihan (ed.), *Sport & Society*, pp 415–438. London, Thousand Oaks, CA & New Delhi: Sage, 2007.b.

PREUSS, H. FIFA World Cup 2006 and its legacy on tourism. In R. Conrady & M. Buck (eds.), *Trends and Issues in Global Tourism 2007*, pp. 83–102. Berlin, Heidelberg: Springer, 2007.c.

RAEDER, M. *Jogos e cidades. Ordenamento territorial urbano em sedes de megaeventos esportivos*. Brasília: Ministério do Esporte/ 1º Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social, 2010.

REPPOLD FILHO, A. Megaeventos esportivos, legado e responsabilidade social: os Jogos Olímpicos de Atlanta 1996. In.: K. Rubio (org.) *Megaeventos esportivos, legado e responsabilidade social*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

RUBIO, K. Os Jogos Olímpicos e a transformação das cidades: os custos sociais de uma megaevento. *Scripta Nova. Revista Eletrônica de geografia y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidade de Barcelona, v. 9, n. 194 (85), 1 de agosto de 2005.

RUBIO, K. *Medalhistas olímpicos brasileiros: histórias, memórias e imaginário*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

RUBIO, K. Jogos Olímpicos, política e cultura: Qual o legado de Berlim -1936? In.: K. Rubio (org.) *Megaeventos esportivos, legado e responsabilidade social*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

RUBIO, K. *Esporte, educação e valores olímpicos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

RUBIO, K. Jogos Olímpicos da Era Moderna: uma proposta de periodização. *Rev. bras. Educ. Fís. Esporte*, São Paulo, v.24, n.1, p.55-68, jan./mar. 2010.

SALVADOR, J. L. *El deporte en Occidente. Historia, cultura y política*. Madrid: Cátedra, 2004.

SANTIAGO, D. P. *Jogos mundiais universitários de 1963: a construção de representações no associativismo esportivo da cidade de Porto Alegre/RS*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2009.

SHIPWAY, R. (2007). Sustainable legacies for the 2012 Olympic Games. *Journal of the Royal Society for the Promotion of Health*, 127(3), 119-124.

SHULTIS, J., JOHNSTON, M. & TWYNAM, D. (1994). Social Impacts of a Hallmark Event; Development and Description of a Case Study in Thunder Bay Ontario. In P. Murphy (Ed.), *Quality Management in Urban Tourism: Balancing Business and Environment* (pp. 166–177). University of Canada, Victoria.

SMITH, A., FOX, T. (2007). From 'Event-led' to 'Event-themed' Regeneration: The 2002 Commonwealth Games Legacy Programme. *Urban Studies*, 44(5&6), 1125–1144.

SOARES, C. L. *Educação Física: Raízes européias e Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2007.

TARRADELLAS, J.; BEHNAM S. *Agenda 21 do Movimento Olímpico, para um esporte em defesa do desenvolvimento sustentável*. Comitê Olímpico Internacional, 1999. <www.cob.org.br/downloads/downloads/Agenda21.doc agenda 21 do coi> [22 de setembro de 2010].

TAVARES, O. Instalações Temporárias do Pan Rio 2007: Possíveis legados. In.: K. Rubio (org.) *Megaeventos esportivos, legado e responsabilidade social*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

TZANOUDAKI, S. The modern Olympic City: the passage from modernism to post-modernism in Olympic design. In.: M. Moragas, C. Kennett e N. Puig (eds) *The legacy of the Olympic Games 1984-2000*. Barcelona/Lausanne: Olympic Studies Centre of the Autonomous University of Barcelona, 2003.

VERBRUGGEN, H. The IOC, the Olympic Movement, the host city: a common legacy. In.: M. Moragas, C. Kennett e N. Puig (eds) *The legacy of the Olympic Games 1984-2000*. Barcelona/Lausanne: Olympic Studies Centre of the Autonomous University of Barcelona, 2003.

VIGARELLO, G. *Du Jeu ancien au show sportif*. Paris: Seuil, 2002.

[Edición electrónica del texto realizada por [Miriam-Hermi Zaar](#)]

© Copyright Kátia Rubio, 2010

© Copyright Biblio3W, 2010

Ficha bibliográfica:

RUBIO, Kátia. Postulações brasileiras aos Jogos Olímpicos: considerações acerca da lenda do distanciamento entre política e movimento olímpico. *Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, Vol. XV, nº 895 (10), 5 de noviembre de 2010. <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-895/b3w-895-10.htm>>. [ISSN 1138-9796].

[Volver al índice de Biblio 3W](#)



[Volver al menú principal](#)